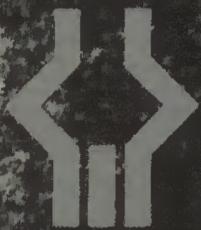
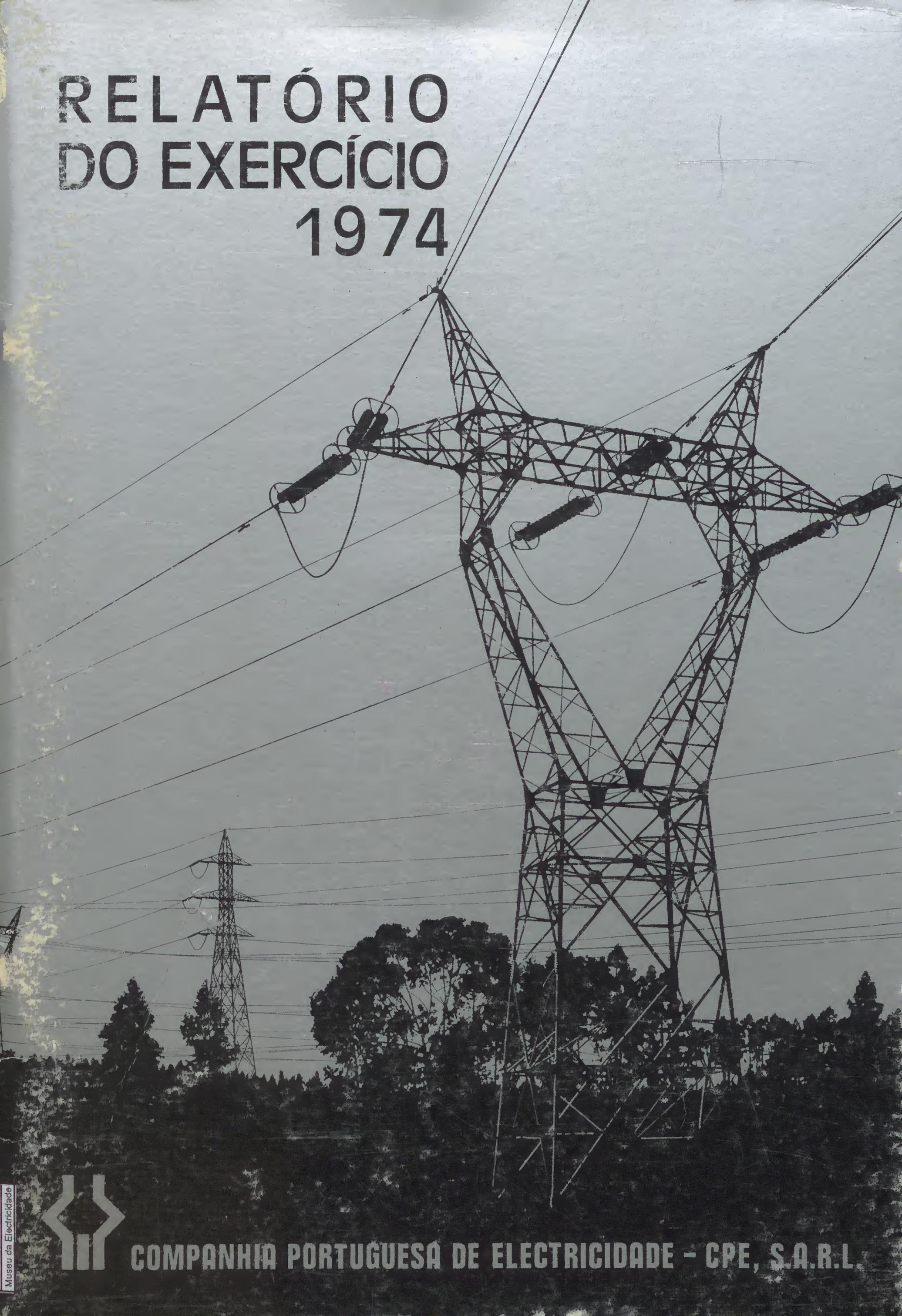


RELATÓRIO DO EXERCÍCIO 1974



COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE - CPE, S.A.R.L.

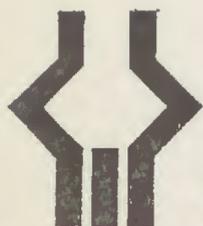
Convocatória da Assembleia Geral Ordinária

Relatório do Exercício de 1974

Balanço e Contas de Resultados

Quadros

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE - CPE, S.A.R.L.

reg. 125226
Ec 10306

LIBRARIAS DE VENDA DE LIVROS

Tip. SOCIEDADE de PAPELARIA, Lda.
Rua da Boavista, 375—PORTO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Convoco os Senhores Accionistas, com direito de voto, nos termos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Sede Social, Rua de Sá da Bandeira, n.º 567, da cidade do Porto, no próximo dia 31 do mês de Março, às 15 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço, Contas e Inventário de participações financeiras e outras aplicações em valores mobiliários, bem como sobre o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício do ano de 1974.

Porto, 14 de Fevereiro de 1975

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
Pelo Banco de Fomento Nacional

Fernando Varela Pinto

NOTA:

Nos termos dos art.ºs 9.º e 14.º dos Estatutos, 100 acções dão direito a um voto, sendo permitido o agrupamento de accionistas que, isoladamente, as não possuam, devendo, neste caso, ser entregue na Sede Social, com a antecedência mínima de oito dias, carta assinada por todos com indicação da identidade do accionista escolhido para os representar.

O exercício do direito de voto dependerá:

- a)* — Para os possuidores de acções nominativas, do averbamento das mesmas em seu nome ter sido efectuado com a antecedência mínima de oito dias em relação à data da reunião.
- b)* — Para os titulares de acções ao portador, do depósito em seu nome, na Sede Social, no Estabelecimento Central ou em qualquer Banco do País, das acções que possuam, com a antecedência mínima de oito dias.

Em conformidade com o art. 15.º dos Estatutos, podem os accionistas com direito a tomar parte na Assembleia, fazer-se representar por outros accionistas que a ela pertençam. O respectivo mandato poderá ser conferido por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa, na qual seja devidamente identificado o representante, devendo aquele envio fazer-se até dois dias antes do fixado para a reunião.

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 1974

Senhores Accionistas:

Em cumprimento da lei e dos estatutos, submetemos à vossa apreciação o balanço e as contas do exercício do ano de 1974, assim como o respectivo relatório, essencialmente centrado nos aspectos administrativos e económico-financeiros, dado que será completado pelo relatório técnico, a publicar em separado, e que incide especialmente sobre os domínios da construção e da exploração.

Em anexo é apresentada a série de quadros que habitualmente acompanha o relatório, dos quais o primeiro inclui o «resumo estatístico» cuja consulta permite, de per si, fazer uma ideia global de como decorreu o exercício em apreciação, comparativamente com o do ano precedente.

EXPLORAÇÃO

Empreendimentos em exploração

Os empreendimentos da CPE em exploração no final de 1974 vão indicados no Quadro II, sendo os respectivos custos correspondentes ao valor escritural em 31 de Dezembro de 1974.

O referido quadro difere do apresentado no relatório relativo ao ano de 1973, para além de algumas alterações nos custos de alguns equipamentos então ainda não totalmente concluídos, nos seguintes pontos:

- aproveitamento da Régua, no Douro Nacional: o 3.º e último gerador, ligado à rede pela primeira vez, em Maio;
- aproveitamento de Fratel, no Tejo: o 1.º gerador, ligado à rede pela primeira vez, em Outubro;
- central térmica do Carregado: o grupo 4 foi também ligado à rede, pela primeira vez, em Dezembro;

- rede de transporte: linhas de 150 kV: o aumento no comprimento resulta da entrada em serviço das linhas Fratel-Zêzere e Vermoim-Ermesinde II;
- subestações: aumento da potência instalada em Pereiros, pela entrada em serviço de um transformador de 3 x 40 MVA, 220 kV/60 kV; consideração das novas subestações da Batalha (220 kV/60 kV) e do Carregado (220 kV/60 kV).

Produção e consumos

A produção de energia eléctrica nas centrais da Companhia, em 1974, totalizou 9 150 GWh, valor que corresponde a cerca de 86,3 % da produção total do País (serviço público e particular) ou a cerca de 91,0 % se se considerar apenas a rede das principais empresas de serviço público.

Nos três últimos anos, a repartição da produção da CPE foi a seguinte, em GWh:

	1974	1973	1972
Sistema Douro	4 794	4 284	4 323
Sistema Cávado-Rabagão	1 312	1 351	994
Sistema Zêzere-Tejo	773	780	742
Centrais hidráulicas	6 879	6 415	6 059
Centrais térmicas	2 271	1 863	1 175
TOTAL	9 150	8 278	7 234
Saldo importador (trocas inter.)	+ 42	— 10	+ 35
TOTAL	9 192	8 268	7 269

Os números anteriores evidenciam que o acréscimo de consumo da nossa rede, em relação ao verificado em 1973, foi satisfeito à custa de mais

elevada produção térmica e de maior produção do sistema Douro; este acréscimo de produção do sistema Douro resultou essencialmente de, em 1974, ter ficado completa, com os seus três geradores, a central da Régua.

A produção térmica reparte-se do seguinte modo:

Carregado	1 610 GWh
Tapada do Outeiro	650 »
Tunes	11 »

Em 1974, a produção térmica correspondeu a 25 % da produção total da nossa rede, enquanto em 1973 esta participação havia sido de 23 %.

O coeficiente de produtividade hidroeléctrica do nosso sistema produtor (definido pela relação entre os valores da energia hidráulica afluyente num dado ano e em ano de regime hidrológico médio) foi, em 1974, de 0,95, valor que desce a 0,92 se nos referirmos ao ano hidrológico (1 de Novembro de 1973 a 31 de Outubro de 1974). Para permitir uma comparação com o ano anterior, indica-se que em 1973 os coeficientes de produtividade haviam sido 0,86 e 1,00, respectivamente, para o ano civil e o ano hidrológico.

O saldo importador este ano verificado provém, para além de trânsitos não programados que sempre ocorrem: da exportação de excedentes para Espanha durante a estação húmida com a correspondente importação posterior; da importação durante o período de baixas afluências com a respectiva exportação, que se prolongará no 1.º semestre de 1975. Trata-se, pois, de movimentos de energia cuja compensação se processa, em regra, em espécie.

Na rede da CPE e empresas interligadas, abastecendo actualmente cerca de 95 % do consumo total do País, o acréscimo de produção total em 1974, em relação ao ano anterior, foi de 10,2 %. Considerando, porém, o saldo dos trânsitos na interligação internacional e o consumo em bombagem hidroeléctrica, obtém-se:

	1974	1973
acréscimo de consumos totais	10,3 %	11,4 %
(referido à produção)		

Movimento de energia

O movimento de energia na rede da CPE, em 1974, pode sintetizar-se do seguinte modo:

	GWh
Produção total	9 150
Saldo importador	42
Outras recepções	1
Consumo em bombagem	85
Perdas na rede e consumos próprios	860
Energia vendida:	
Companhias Reunidas Gás e Electricidade	2 412
União Eléctrica Portuguesa	
Rede Norte	1 419
Rede Sul	862
	<hr/>
Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal	1 050
Companhia Eléctrica das Beiras	406
Câmara Municipal do Porto	327
Hidro-Eléctrica Alto Alentejo	330
Comp.ª Eléctrica Alentejo e Algarve	250
Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela	102
Hidro-Eléctrica Portuguesa	7
Total Grandes Distribuidores	7 165
Total Consumidores especiais	1 083
Total de energia vendida	8 248

A energia total facturada pela nossa Companhia à CMP foi de 660 GWh, sendo 333 GWh fornecidos indirectamente.

A energia acima designada como consumo em bombagem resulta da transferência de água, por bombagem, da albufeira de Venda Nova para a do Alto Rabagão. Corresponde, normalmente, a um aproveitamento de energias excedentes da nossa rede; no ano de 1974 esta bombagem originou um acréscimo de 272 GWh no armazenamento da albufeira do Alto Rabagão.

Contratos, tarifas e receitas

O Quadro III, no qual se apresentam os volumes de energia vendida, receitas correspondentes e respectivos preços médios, evidencia:

- apreciável acréscimo de fornecimento aos clientes especiais (rubrica em que se englobam os sectores da electroquímica, da electrometalurgia e da tracção eléctrica);
- pequena subida do preço médio da energia vendida às redes de distribuição e aos clientes especiais.

A subida do preço médio da energia vendida, de 31,9 centavos em 1973 para 32,7 centavos em 1974, resulta essencialmente da influência do acréscimo de 3,5 centavos por kWh estabelecido a partir de 22 de Outubro, conforme despacho da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, com vista a compensar, parcialmente, os enormes aumentos de preço do fuel-óleo e do carvão que, no decorrer do ano, mais que duplicaram.

Estas circunstâncias foram tidas em conta em recente despacho, de revisão de tarifas, da Secretaria de Estado da Indústria e Energia que, todavia, não contemplou outros agravamentos substanciais dos restantes factores do custo, ocorridos desde 1966, ano em que foi fixada a tarifa que vigorou até Outubro de 1974.

Abastecimento de combustíveis

Central da Tapada do Outeiro

(Produção em 1974: 650,1 GWh)

O carvão nacional (antracite) armazenado nos parques da central, no início de 1974, era de 174 049 t. O consumo anual foi de 249 586 t, tendo sido recebidas na central 196 043 t, pelo que a existência no final do ano se reduzia a 120 506 t.

O consumo de fuel-óleo nesta central atingiu 107 933 t, sendo de 3 052 t o armazenamento no final do ano.

Central do Carregado

(Produção em 1974: 1610,2 GWh)

O consumo de fuel-óleo nesta central foi de 361 225 t. Foram recebidas na central 361 562 t, sendo de 46 304 t o armazenamento no final do ano.

Central de Tunes

(Produção em 1974: 11,3 GWh)

O consumo total de gasóleo situou-se em 5 013 kl. Foram recebidos na central 6 110 kl, sendo de 2 285 kl o armazenamento de gasóleo no final do ano.

NOVOS EMPREENDIMENTOS

Empreendimentos em curso de realização

Os empreendimentos em curso de realização são os que constam dos quadros IV e V, nos quais se indicam algumas das suas características e datas previstas de entrada em serviço.

Muito resumidamente, a situação dos trabalhos nos vários empreendimentos em curso de construção é a seguinte:

Centrais hidroeléctricas

Valeira

Desenvolveram-se em bom ritmo os trabalhos de construção civil da central e eclusa de navegação, prosseguindo paralelamente as montagens dos equipamentos hidro e electromecânicos.

Pocinho

Iniciadas, no fim do ano, a revisão e complementação do projecto superiormente aprovado, com vista ao lançamento imediato das obras.

Aguieira

Prosseguiu a execução dos trabalhos da empreitada principal da construção da barragem, descarregador de cheias, central e anexos, estando em vias de conclusão as respectivas escavações e preparação dos trabalhos para arranque das betonagens.

Fratel

Em Outubro de 1974, foi ligado à rede um grupo gerador, prosseguindo as montagens dos restantes

dois cuja entrada em exploração se prevê, respectivamente, para o primeiro e segundo semestres de 1975.

Centrais térmicas

Carregado

Decorreram de harmonia com as necessidades e encontram-se próximo da conclusão, as obras de construção civil. Prosseguiu a montagem dos equipamentos referentes aos grupos 5 e 6.

Alto de Mira

Concluíram-se os trabalhos principais de construção civil e a armazenagem e instalação de manuseamento de combustível, com vista à entrada em serviço dos dois grupos de turbinas a gás, o primeiro dos quais já em ensaios neste momento.

Setúbal

Concluíram-se as terraplenagens gerais e iniciaram-se, em Abril, as obras do corpo da central e dos edifícios sociais e anexos e, em Novembro, as obras do circuito de água de refrigeração. Adjudicaram-se as empreitadas da cobertura e revestimento da sala das máquinas e de equipamento das instalações de captação de água.

Barreiro

Está em curso a empreitada de construção civil da central e instalações anexas e foram passadas as encomendas principais de equipamento electromecânico, excepto no que se refere ao circuito de água de refrigeração.

Rede de transporte

Prosseguiram vários trabalhos relativos à ampliação de subestações e construção de novas linhas, em sobreposição a uma relevante actividade com vista à abertura de novas subestações e construção da nova rede de 400 kV.

Prosseguiu a instalação de baterias de condensadores em várias subestações estando já concluída a sua montagem nas subestações de Setúbal e de Ferreira do Alentejo.

Planeamento de novos centros produtores

O programa dos novos centros produtores de electricidade previsto no ano passado, foi objecto de alteração, em consequência de o Governo ter decidido suspender o lançamento do aproveitamento de finalidade múltipla de Alqueva, enquanto não fosse convenientemente reconsiderado o interesse nacional da execução imediata deste empreendimento, em relação com problemas doutros sectores económicos e de estrutura social. Para o efeito, está criado um Grupo de Trabalho, por despacho conjunto dos Secretários de Estado da Agricultura, Indústria e Energia, Obras Públicas e Planeamento Económico, encarregado de estimular e coordenar a realização dos estudos de base indispensáveis à formulação de recomendações a apresentar ao Governo.

A suspensão da construção do escalão de Alqueva levou a CPE — na plena convicção de que a conjuntura nacional impõe, por razões de emprego e de economia de dispêndios em moeda estrangeira, a intensificação do ritmo de realização de aproveitamentos hidroeléctricos — a propor o arranque imediato das obras preparatórias do Pociño, o que foi oficialmente sancionado e veio dar adequada solução a dois problemas em aberto: o da entrada em serviço de um novo centro produtor, necessário em 1981; o da manutenção de continuidade na construção hidroeléctrica, que assegurasse a ocupação do pessoal de estaleiro da CPE e o emprego de mão-de-obra de empreiteiros, ambas em fase de desactivação com a finalização dos trabalhos nos escalões hidroeléctricos de Régua e Fratel.

No programa de centrais termoeléctricas, não há nenhuma alteração de fundo quanto ao que estava estabelecido.

Estão em curso os trabalhos de lançamento das consultas de fornecimento dos equipamentos dos grupos 3 e 4, de 250 MW, da central de Setúbal, com vista a serem respeitadas as datas de entrada em serviço industrial fixadas para 1979 e 1980.

Quanto ao programa nuclear, prosseguem os estudos e trabalhos preparatórios para o seu arranque em condições a definir após a reformulação do planeamento energético nacional, no âmbito do Programa de Política Económica e Social do Governo Provisório.

No referente ao combustível nuclear, foi firmado, no quadro de orientação das Entidades Oficiais, um contrato condicional com a Atomic Energy Commission dos Estados Unidos (USAEC) para o fornecimento dos serviços de enriquecimento; estudam-se, também, alternativas de fornecimento — designadamente em relação à URSS e às organizações internacionais europeias Eurodif e Urenco — na linha geral de uma política de diversificação das fontes e origens do nosso abastecimento energético.

O investimento global em centros produtores, no hexénio de 1975 até final de 1980, atingirá verba da ordem de 28 milhões de contos, a preços de 1974. Para igual período previa-se, há um ano, praticamente para o mesmo programa, um investimento da ordem de 22 milhões de contos, o que dá ideia da enorme inflação interna e externa nos custos de equipamento e outros.

Prossegue intensamente a actividade no domínio dos estudos e projectos, sendo de salientar, pela sua importância, os seguintes:

- estudos e projectos relativos a novos empreendimentos hidroeléctricos, designadamente: actualização do projecto de Alqueva e início do projecto da Rocha da Galé; conclusão do projecto de Sela, em participação com a empresa espanhola FENOSA; conclusão do anteprojecto do Alto Lindoso; elaboração do anteprojecto do Alto Tua; revisão do projecto do escalão terminal do Tâmega; finalização do projecto do escalão da Raiva, em ligação com o aproveitamento de Agueira; início do estudo do reforço das potências nas quedas já equipadas, a acelerar em 1975, dado o seu carácter de urgência e com natural prioridade para o sistema Cávado;
- estudos relativos a utilização de outros combustíveis nas centrais térmicas, nomeadamente a queima de carvão nos grupos 3 e 4 de Setúbal e fuel-óleo ou outros destilados na central de Alto Mira ou em futuras centrais equipadas com turbinas a gás;

- actualização do estudo de viabilidade económica de aproveitamento das lignites de Rio Maior numa central à boca da mina;
- estudos de sítio relativos à primeira central nuclear e os relativos aos respectivos serviços preliminares de engenharia, tendo-se iniciado a formação especializada de pessoal.

Planeamento da rede de transporte

Tendo sido estabelecida, em 1973, uma primeira concretização aproximada da evolução da rede de transporte na próxima década, a actividade dos estudos de planeamento da rede foi orientada, em 1974, no sentido de, por um lado, actualizar o programa de realizações concretas para o futuro próximo e, por outro, afinar a evolução a médio prazo no enquadramento das ideias orientadoras da expansão da rede de transporte a mais longo prazo.

Com essa finalidade, os estudos foram agora estendidos até cerca do ano 2000, tendo em conta a previsível evolução dos consumos e as linhas dominantes do planeamento de novos centros produtores de energia eléctrica.

Como se referiu no relatório do ano anterior, os principais objectivos do plano a médio prazo são:

- a ampliação das subestações existentes e reforço das actuais redes de 220 kV e 150 kV, operações necessárias para acompanhar o crescimento dos consumos;
- a abertura de novas subestações — Pocinho, Braga e Fernão Ferro — para alimentação das redes de grande distribuição em pontos onde as actuais subestações vão ficando saturadas, ou onde são instalados centros consumidores importantes — Valdigem (anteriormente designada por Régua) e Sines;
- a construção de novas linhas e subestações de interligação — Rio Maior e Palmela — para assegurar, em condições adequadas de qualidade de serviço, o trânsito de energia entre os centros produtores e consumidores.

Entre as novas realizações é de destacar o arranque da rede de transporte e interligação a 400 kV, cujos primeiros elementos deverão entrar em serviço em 1977. Esta rede de 400 kV, que de início

irá essencialmente reforçar o abastecimento de toda a zona a sul do Tejo, terá como funções primordiais a médio prazo estabelecer a ligação das futuras centrais de grande potência, assegurar as interligações internacionais a esta tensão e reforçar a interligação entre as zonas Norte e Sul do País.

O investimento programado para a rede de transporte nos próximos anos é da ordem de 1 100 milhares de contos por ano, a preços de 1974.

INVESTIGAÇÃO

Laboratório Central

A par da actividade normal do Laboratório Central, quer no que respeita a garantia dos sistemas de teleinformação, quer na manutenção dos sistemas de protecção da rede, quer ainda nos campos da recepção de materiais e de equipamentos e nos da metrologia e da electrónica, o ano que findou caracterizou-se por um desenvolvimento intenso de acções de estudo (nomeadamente na participação nos estudos da introdução do novo escalão de 400 kV e da interligação com Espanha, em Cedillo) e de contactos com organizações internacionais de reconhecida idoneidade para o apoio necessário, incluindo a valorização do seu corpo técnico.

Pela sua importância no contexto geral destacam-se as acções, já em marcha no ano anterior e que continuaram em 1974, da remodelação geral da rede de teleinformações e do telecomando das centrais hidráulicas.

Centros de Cálculo

Em 1974 acentuou-se a solicitação do novo equipamento do Centro de Cálculo de Lisboa por parte dos vários departamentos da Companhia, quer nas aplicações de ordem científica e técnica, quer nas aplicações de gestão administrativa em que, para além das aplicações correntes, prosseguiram, e estão na fase final, os trabalhos referentes ao tratamento integrado dos processamentos. É de salientar o facto de terem entrado em funcionamento e estarem em plena exploração terminais remotos ligados por linhas telefónicas ao Centro permitindo utilizar o

equipamento nos próprios centros de decisão para condução de estudos relativos ao planeamento da rede, à optimização da exploração do equipamento e à definição de critérios de decisão lógica na gestão da rede.

Em relação ao Centro de Cálculo do Porto, a sua actividade foi sensivelmente intensificada durante o ano de 1974. Em face da dificuldade de processar no sistema actual, em termos aceitáveis, determinadas aplicações — nomeadamente aquelas que se apoiam em ficheiros muito volumosos — promoveu-se a sua substituição por um equipamento sensivelmente do mesmo custo e com capacidade muito superior, a instalar no 1.º semestre de 1975.

A utilização do equipamento do Centro de Cálculo de Lisboa a partir do Porto, através da linha privativa, sofreu também apreciável acréscimo.

ORGANIZAÇÃO GERAL

No quadro da actividade reorganizativa da CPE que se vinha anteriormente processando, inseriu-se, no 2.º semestre de 1974 — em ligação com a nova estrutura sócio-política do País — um profundo processo de modificação da macro-estrutura da Companhia.

Consubstanciou-se este processo essencialmente numa remodelação dos estatutos, efectuada com ampla colaboração do pessoal, e com apoio do Governo, e que se traduziu nos seguintes pontos de relevo:

- a) simplificação da estrutura dos órgãos de administração da empresa, deixando de haver dois Conselhos, de Administração e de Gerência, como anteriormente, reduzindo-se de 11 para 7 o número de administradores (e, correspondentemente, o número de membros do Conselho Fiscal, de 5 efectivos e 2 substitutos para 3 efectivos e 1 substituto);
- b) criação de um órgão executivo, a Direcção Geral, cuja existência conduzirá a uma maior profissionalização da gestão, como é importante em empresas desta natureza e é corrente em organizações similares estrangeiras;

- c) participação dos trabalhadores na gestão da empresa, quer através de dois elementos designados em seguimento de eleição para o Conselho de Gerência e de um elemento para a Comissão de Vencimentos, quer através da criação dum Conselho dos Trabalhadores, dotado de amplas competências em termos de informação, consulta, proposição e participação na gestão, conforme os domínios de actividade, esperando-se que o novo órgão permitirá reformular o Conselho do Pessoal em perspectiva actualizada.

A aprovação dos novos estatutos somente veio a ter lugar, em assembleia geral extraordinária efectuada no mês de Janeiro do ano corrente.

Paralelamente à modificação estatutária descrita, decorreu a reestruturação interna ao nível de Serviços, devendo destacar-se a criação da Direcção de Exploração e a concretização da solução de Direcções de Equipamento, uma no Norte e tendendo para outra no Sul, para além duma remodelação profunda da Direcção do Pessoal e de modificações introduzidas em quase todas as Direcções Funcionais.

Convirá ainda notar que algumas das reestruturações de grandes departamentos já foram efectuadas, em alguns casos, com directa participação dos trabalhadores, o que importa seja acrescido. Aliás, a generalização do sistema de equipas de projecto e a opção de diminuir, o mais possível, a rigidez de estruturas hierárquicas está a contribuir, segundo cremos, para a indispensável dinamização e participação de todos na vida da CPE. Na nova orgânica, acentuar-se-á, como é desejo de todos, a política de delegação de competências nas Direcções, inter-relacionada também com a indispensável descentralização geográfica.

No que se refere à reorganização de métodos e processos administrativos, houve o natural protelamento dos respectivos programas de implementação, por força das mencionadas reestruturações de fundo, em parte ainda em curso.

ASSUNTOS GERAIS DO TRABALHO. ACÇÃO SOCIAL

No âmbito da Companhia, teve seguimento a apreciação dos resultados da revisão da qualificação das funções em aplicação do método constante do contrato colectivo de trabalho para a indústria da electricidade que continua — não obstante todos os esforços desenvolvidos e a total abertura manifestada — a ser factor de dificuldades nas relações internas de trabalho. O respectivo processo não pode ainda, infelizmente, considerar-se ultimado, e parece de se ensaiarem, à luz das realidades, em conjunto com os Sindicatos e com vista ao futuro, novas fórmulas de concepção ou de aplicação que permitam superar essas dificuldades.

No 2.º semestre de 1974 foi feita, em duas fases e em negociação com os trabalhadores, uma actualização de vencimentos com acentuada subida para os níveis mais baixos que, para além do significado absoluto nestes, conduziram a marcada redução no respectivo leque de remunerações.

Ainda no âmbito do estatuto do pessoal, deu-se atenção a uma revisão da regulamentação geral, em parte em satisfação de pretensões constantes do caderno de reivindicações oportunamente apresentado pelos trabalhadores à Administração.

Também em 1974 se continuou a desenvolver com intensidade a actividade de formação profissional interna na qual participaram cerca de 250 trabalhadores em acções que se enquadram, para além da formação profissional básica, em quatro carreiras especializadas: condução de centrais hidráulicas e subestações, condução de centrais térmicas, mecânica e administrativa. Com esta actividade geral e com diversas acções complementares, se vem procurando prosseguir numa linha de orientação de valorização profissional de que, a prazo, se esperam os maiores benefícios para a empresa e para os seus trabalhadores.

Em termos de acção social, merece relevo especial — dentre as diversas modalidades que, na linha duma já longa tradição, são praticadas na Companhia — a actividade dos Serviços Médicos integrada nos esquemas de seguro de doença da Previdência Social ou em seu complemento. Como habitual-

mente, referem-se os respectivos indicadores mais expressivos para o ano de 1974, ao mesmo nível, aliás, dos do ano anterior:

a) medicina assistencial

consultas de clínica geral	71 042
consultas de pediatria	6 656
consultas de outras especialidades	17 268
intervencções cirúrgicas	823

b) medicina do trabalho

trabalhadores examinados	2 815
inspecções periódicas	1 680

REPRESENTAÇÃO NOUTRAS EMPRESAS

Hidro-Eléctrica Portuguesa

A gestão da Empresa foi por nós acompanhada como habitualmente, na qualidade de seu presidente do Conselho de Administração.

Prosseguiram os trabalhos de reorganização dos serviços com especial relevo nos aspectos do melhor aproveitamento do pessoal e foram tomadas medidas que visaram a revisão de remunerações.

Embora com dificuldades que houve que vencer, as obras de electrificação não deixaram de ter o seu curso.

Empresa Carbonífera do Douro

A CPE cessou as suas funções de administrador por parte do Estado desta Empresa, continuando, no entanto, a encarar as suas relações com ela, agora de simples (mas praticamente único) cliente, numa perspectiva de enquadramento nos interesses nacionais próprios da natureza dos dois sectores em causa, mineiro e energético, e prestando, também, para o efeito, a melhor colaboração ao Governo, como lhe cumpre.

Empresa Insular de Electricidade

(Ponta Delgada)

Através, designadamente, do nosso delegado no Conselho Geral, de que exerce a presidência, temos continuado a acompanhar com todo o interesse a vida da Empresa que, no que respeita aos aspectos técnicos da sua actividade, se tem continuado a desenvolver com inteira normalidade, nomeadamente no que se refere às remodelações de redes e ao prosseguimento do programa de electrificação rural, tanto em S. Miguel como em St.ª Maria, e ao abastecimento das redes, a que o sistema produtor continua a corresponder inteiramente.

A desfavorável evolução dos principais parâmetros condicionantes da situação da Empresa, ao longo de 1974, e a explicitação entretanto ocorrida de certos encargos, conduziram no exercício findo — e pela primeira vez — ao apuramento de um saldo negativo na conta de exploração, traduzindo uma situação de desequilíbrio económico que esperamos, no entanto, possa ser a breve trecho corrigida, embora implicando medidas de adopção exterior à própria Empresa.

SONEFE

A CPE solicitou a sua demissão do cargo de membro do Conselho Fiscal desta Empresa no intuito de facilitar a abertura a soluções, que visivelmente se vinham impondo, de maior participação de entidades locais nos seus corpos sociais, no quadro duma evolução para estruturas próprias dos novos países de expressão portuguesa em que a Empresa exerce a sua actividade.

INVESTIMENTO E MEIOS FINANCEIROS

Relativamente a anos anteriores subiu acentuadamente o valor do investimento da CPE em 1974, fruto não só da actividade intensa desenvolvida no sector para dotar o País de meios que lhe permitam fazer face ao previsto crescimento dos consumos de energia eléctrica, mas também dos agravamentos nos custos dos equipamentos, da mão-de-obra e do preço do dinheiro.

Os valores apurados são os seguintes:

Contos

	1974	1973	Variações
NAS CONCESSÕES:			
Aproveitamentos hidráulicos	1 356 418	1 267 838	+ 7,0 %
Centrais térmicas	1 084 047	592 427	+ 83,0 %
Linhas	243 842	62 273	+ 291,6 %
Subestações	416 207	233 609	+ 78,2 %
Estudos e projectos gerais	28 298	23 651	+ 19,6 %
Outros	13 844	8 332	+ 66,1 %
	3 142 656	2 188 130	+ 43,6 %
FORA DAS CONCESSÕES			
	46 487	40 714	+ 14,2 %
	3 189 143	2 228 844	+ 43,1 %

A cobertura de tão elevados investimentos, acrescidos dos capitais necessários ao serviço do empréstimo, rodeou-se das naturais dificuldades, decorrentes das condições de excepção em que o mercado financeiro nacional funcionou e da retracção dos mercados externos, onde a inflação e a falta de liquidez, desencadearam — para além de subidas de taxas a ultrapassarem níveis históricos — praticamente a paralização dos financiamentos de longo prazo.

Neste contexto, as previsões financeiras estabelecidas para 1974 e que se referiram no relatório do ano anterior tiveram de ser sucessivamente reformuladas em face da impossibilidade prática de obtenção de capitais permanentes a níveis adequados.

O abastecimento da tesouraria pôde, todavia, ser feito tempestivamente por forma a satisfazer

com suficiente regularidade os avultados pagamentos que sobre ela pesaram. Terá, contudo, de se assinalar que o financiamento repousou basicamente na mobilização integral dos recursos gerados pela actividade de exploração e em modalidades de «curto prazo», obviamente inadequadas ao investimento e a imporem a conveniente conversão logo que se regularizem os mercados financeiros.

Foi possível contratar no mercado de Londres dois empréstimos de valor equivalente a 25 milhões de dólares.

Também se recorreu, na medida das possibilidades, aos financiamentos especiais ligados directamente à venda a prazo de bens de equipamento nacionais e ao crédito à exportação de equipamentos de origem estrangeira.

O quadro seguinte evidencia os recursos mobilizados externamente à Companhia:

Contos

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
FINANCIAMENTOS			
Banco de Fomento Nacional	241 885		241 885
Caixa Geral de Depósitos	294 430		294 430
Lazard Brothers & C.º Ltd.		4 157	4 157
Orion Termbank Ltd.		374 196	374 196
Soma	536 315	378 353	914 668
PRÉ-FINANCIAMENTOS			
Crédito à produção e venda a prazo de bens de equipamento	24 158	1 869	26 027
Saques de fornecedores de equipamentos e de empreiteiros	259 695		259 695
Aceites bancários	1 000 000		1 000 000
Livranças	429 000		429 000
Outros — Hill Samuel, Ltd. — Crédit Lyonnais (*)		259 766	259 766
Soma	1 712 853	261 635	1 974 488
TOTAL	2 249 168	639 988	2 889 156

(*) — Prevista a conversão em financiamento de médio prazo.

O total agenciado situa-se, pois, muito próximo do quantitativo que no relatório do ano de 1973 (2 900 000 c.) foi citado como sendo necessário obter em 1974.

Quanto ao serviço do empréstimo, a Companhia promoveu as amortizações financeiras dos capitais alheios que lhe foram confiados e o pagamento dos respectivos juros, ainda que cerca de 600 000 con-

tos tivessem sido objecto de operações de reconversão no Banco de Fomento Nacional e na Caixa Geral de Depósitos.

A dívida vencida e efectivamente paga durante o ano atingiu 378 170 contos, a que se acrescentaram 44 707 contos de amortização de pré-financiamentos, tudo atingindo 422 877 contos, conforme quadro:

Contos

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
OBRIGAÇÕES CLÁSSICAS	137 286	14 288	151 574
EMPRÉSTIMOS			
Banco de Fomento Nacional	55 656		55 656
Caixa Geral de Depósitos	17 482		17 482
Banco Mundial — I. B. R. D.		85 854	85 854
Lazard Brothers & C.º Ltd.		29 878	29 878
Chase Manhattan Bank		28 710	28 710
Bancos Comerciais	9 016		9 016
	82 154	144 442	226 596
PRÉ-FINANCIAMENTOS	18 757	25 950	44 707
TOTAL	238 197	184 680	422 877

A correlação dos meios financeiros com o investimento global do ano apresenta-se como segue:

Contos

	1974	1973	Diferença
INVESTIMENTO GLOBAL			
Investimento	3 189 143	2 228 844	+ 960 299
Amortizações Financeiras	422 877	669 924	— 247 047
	3 612 020	2 898 768	+ 713 252
MEIOS FINANCEIROS			
Financiamentos	914 668	1 617 770	— 703 102
Pré-financiamentos	1 974 488	367 176	+ 1 607 312
Recursos gerados na Empresa	722 864	687 917	+ 34 947
Venda de acções próprias	—	225 905	— 225 905
	3 612 020	2 898 768 (*)	+ 713 252

(*) — O total dos meios financeiros de 1973, sofreu nova arrumação contabilística em 1974.

Este quadro evidencia o carácter provisório do financiamento a que se recorreu para fazer face ao investimento em 1974, uma vez que apenas 45,3 % deste se mostra financiado com capitais de médio e longo prazo. Os recursos internos cobriram 20 % do mesmo investimento global e, satisfeitas prioritariamente as amortizações financeiras, deixaram livres para imobilizado fixo apenas 9,4 % deste.

Em 1974 teve lugar a primeira conversão facultativa das obrigações convertíveis emitidas pela CPE em 1972. Foi pedida a conversão de 135 896 obrigações, correspondendo 125 384 à subscrição reservada a accionistas e 10 512 à subscrição do público. De harmonia com as condições de emissão, esta conversão em acções produz efeito a partir de 1 de Janeiro de 1975.

Mantêm-se vivas, portanto, 114 104 obrigações que poderão ainda, a pedido dos subscritores, ser convertidas em acções em 1976.

FINANCIAMENTO PARA 1975

Estão elaboradas as previsões de receita e despesa para 1975, cobrindo as actividades normais da Companhia, nos sectores da exploração, da construção e do serviço financeiro. Decorrendo neste momento, pelas razões já referidas, a revisão do planeamento e a reestruturação dos Serviços, não se considera conveniente proceder desde já à afectação das verbas.

Conhece-se, todavia, a necessidade de financiamento global do ano de 1975 que, para além dos recursos a gerar na empresa, se situa na ordem dos 4 milhões de contos. Tal quantitativo, a obter nos mercados financeiros interno e externo, deverá revestir a forma de capitais duradouros compatíveis com a natureza das obras.

A CPE está atenta à oportunidade que se lhe possa oferecer de contratação de novos empréstimos e à emissão de obrigações, com relevância para as obrigações convertíveis em acções, que continua a admitir como sendo uma forma de financiamento atractiva e segura para as poupanças nacionais e muito adequada às necessidades da Empresa.

Recorrer-se-á ainda, como se vem fazendo, às modalidades que são praticadas pelas instituições especiais de crédito e a operações adequadas de pré-financiamento nos bancos comerciais.

No mercado externo, em continuação da política seguida no ano anterior, concretizou-se novo financiamento, em Nova York, já no corrente mês e estão em curso negociações para outros empréstimos, com os quais se espera cobrir parte substancial das necessidades. Está-se também recorrendo à modalidade de financiamento à exportação na origem de equipamentos estrangeiros — exclusivamente quando não possam ser fabricados pela indústria nacional —, tendo sido já assinados, no corrente ano, contratos em França, na Suíça e na Alemanha, que totalizam o equivalente a 580 000 contos.

A receptividade que se tem encontrado nos meios financeiros internacionais põe em evidência a capacidade de crédito da Companhia, cuja natureza e prestígio de que goza conduziram a que não tivesse sido necessário proporcionar quaisquer garantias ou avales para obtenção de todos os referidos financiamentos externos.

Torna-se necessário refinar adequadamente, tão breve quanto possível, a parte do investimento realizado em 1974 com recursos de curto prazo, o que se estima em cerca de 1 500 000 contos.

Finaliza-se este capítulo, informando que se prevê em 1975 um movimento na tesouraria de cerca de 8 milhões de contos.

BALANÇO E RESULTADOS

No prosseguimento da informação dada em anteriores relatórios, comparam-se as massas patri-

moniais que enformam os balanços de 1974 e de 1973:

Contos

	1974	1973	Varição
ACTIVO			
Disponível	244 221	267 861	— 23 640
Realizável	919 400	698 987	+ 220 413
Existências	332 456	229 406	+ 103 050
Imobilizado bruto	26 438 428	23 251 247	+ 3 187 181
Reintegrações (a deduzir)	(3 473 080)	(3 000 793)	+ (472 287)
Imobilizado líquido	22 965 348	20 250 454	+ 2 714 894
De transição	53 167	68 002	— 14 835
TOTAL	24 514 592	21 514 710	+ 2 999 882
PASSIVO			
Exigível a curto prazo	3 975 802	1 698 934	+ 2 276 868
Exigível a médio e longo prazo	10 983 554	10 473 418	+ 510 136
De transição	222 949	82 393	+ 140 556
Soma	15 182 305	12 254 745	+ 2 927 560
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Inicial	5 700 000	5 700 000	
Acumulada	393 183	364 258	+ 28 925
Condicionada	2 891 359	2 644 170	+ 247 189
Adquirida	347 745	551 537	— 203 792
Soma	9 332 287	9 259 965	+ 72 322
TOTAL	24 514 592	21 514 710	+ 2 999 882

A respectiva comparação percentual é a seguinte:

	1974	1973
Disponível	1,0	1,2
Realizável	3,7	3,3
Existências	1,4	1,1
ACTIVO CIRCULANTE	6,1	5,6
IMOBILIZAÇÕES LÍQUIDAS	93,7	94,1
Activo de transição	0,2	0,3
	100,0	100,0
PASSIVO A CURTO PRAZO	16,2	7,9
Passivo a médio e longo prazo	44,8	48,7
Capitais próprios e condicionados	36,8	40,6
CAPITAIS PERMANENTES	81,6	89,3
Passivo de transição	0,9	0,4
LUCROS DISTRIBUÍVEIS	1,3	2,4
	100,0	100,0

cuja análise confirma:

- que a relação capitais alheios de médio e longo prazo/capitais próprios (incluídos nestes os condicionados) subiu apenas de 1,200 em 1973 para 1,220 em 1974, num abrandamento involuntário do ritmo da correcção que se vinha operando da composição dos capitais permanentes;
- que, em consequência, se acentuou a participação do capital circulante no financiamento do investimento, passando os capitais permanentes a cobrir apenas 87% das imobilizações líquidas, contra 94,8 % em 1973.

Tendo prosseguido sem alteração a actividade construtora da CPE, como convinha ao País, realça-se que o imobilizado bruto subiu 3 187 181 contos, perfazendo, a custos iniciais não reavaliados, 26 438 428 contos, nesse valor se incluindo

17 913 964 contos de imobilizações das concessões em exploração e 7 797 977 contos de imobilizado em curso de construção. Este último valor reflecte, como já foi referido, a constante preocupação da Companhia de, por um lado, garantir a cobertura dos crescentes aumentos de consumo e, por outro lado, manter o nível de emprego da mão-de-obra própria e das actividades que, no campo da construção civil e do fabrico de equipamentos específicos da nossa indústria, vêm participando na construção e montagem de novos centros produtores e de transporte de energia eléctrica.

As reintegrações do imobilizado das concessões, contabilizadas segundo os critérios legais, atingem no final do ano 3 313 107 contos; a este valor acrescentam-se 159 973 contos, respeitantes às restantes imobilizações.

Como habitualmente, comparam-se os valores das imobilizações com os das correspondentes reintegrações:

	Custo	Reintegrações		Valor vivo	
	Contos	Contos	%	Contos	%
IMOBILIZAÇÕES AFECTAS ÀS CONCESSÕES:					
Produção hidráulica	13 312 222	1 783 702	13,4	11 528 520	86,6
Produção térmica	2 202 876	515 566	23,4	1 687 310	76,6
Rede de transporte e outras instalações	2 398 866	1 013 839	42,3	1 385 027	57,7
	17 913 964	3 313 107	18,5	14 600 857	81,5
IMOBILIZAÇÕES NÃO AFECTAS ÀS CONCESSÕES					
	432 205	159 973	37,0	272 232	63,0
	18 346 169	3 473 080	18,9	14 873 089	81,1

Excluídos os valores não reintegráveis (terrenos e acessos), a reintegração global em percentagem dos valores do imobilizado reintegrável das concessões sobe a 20,6%, contra 18,5 % em 1973.

O passivo apresenta um aumento de 2 927 560 contos, em decorrência normal do acréscimo das imobilizações, já que, em 1974, se não operou qualquer entrada de capital próprio.

Do aludido aumento cabe parte substancial — 2 276 868 contos — ao passivo a «curto prazo» (até um ano), o que também decorre de, como já se assi-

nalou, não ter sido possível, senão escassamente, recorrer, como era intenção e como é imprescindível, a capitais alheios de médio e longo prazo.

Não oferecendo esta situação aspectos que possam considerar-se, desde já, graves, não deixa ela, todavia, de constituir uma preocupação que terá de encontrar oportunamente resposta adequada, pela consolidação que se torna necessário operar nos meios financeiros, o que, como já foi referido, se estima em 1 500 000 contos.

No acréscimo do passivo, incluem-se 2 466 279 contos, correspondentes à diferença entre os meios

financeiros recebidos e os reembolsos efectuados, como se deduz do quadro seguinte:

Contos

	Saldo no início do ano	Movimento em 1974		Saldo no fim do ano
		Amortização	Financiamento	
I — FINANCIAMENTOS				
OBRIGAÇÕES				
Mercado interno	2 155 285	137 286	—	2 017 999 ✓
Mercado externo	97 548	14 288	—	83 260
Soma	2 252 833	151 574	—	2 101 259
EMPRÉSTIMOS				
Mercado interno	6 928 641	82 154	536 315	7 382 802
Mercado externo	1 639 465	144 442	378 353	1 873 376
Soma	8 568 106	226 596	914 668	9 256 178
TOTAL	10 820 939	378 170	914 668	11 357 437
II — PRÉ-FINANCIAMENTOS				
CRÉDITOS À PRODUÇÃO E VENDA A PRAZO DE BENS DE EQUIPAMENTO				
Mercado interno	148 332	18 757	24 158	153 733
Mercado externo	62 729	25 950	1 869	38 648
Soma	211 061	44 707	26 027	192 381
SAQUES DE FORNECEDORES DE EQUIPAMENTO E EMPREITEIROS	483 852	—	259 695	743 547
ACEITES BANCÁRIOS E LIVRANÇAS	—	—	1 429 000	1 429 000
OUTROS — Mercado externo	—	—	259 766	259 766
TOTAL	694 913	44 707	1 974 488	2 624 694
SOMA I + II	11 515 852	422 877	2 889 156	13 982 131

O total da dívida no final do ano, do ponto de vista de mercados, corresponde a 83,8 % no mercado interno e 16,2 % no externo; destes, 8,7 % respeitam à dívida ao Banco Mundial.

As entregas do Estado relativas à sua participação no empreendimento de fins múltiplos da Aguieira, estão escrituradas em «Contas Transitórias e de Regularização» e atingem 157 918 contos.

No passivo figura pela primeira vez a conta «Pré-financiamentos» que engloba os meios financeiros negociados em antecipação de financiamentos duradouros.

Na «Situação Líquida», há apenas o aumento de 72 322 contos, encontro de verbas levadas a Reser-

vas e a Subvenções com a diminuição verificada nos resultados do exercício.

Nesta zona do balanço figura pela primeira vez em «Reservas Facultativas» a sub-conta «Outras» que contabiliza o prémio cobrado pela conversão em acções das obrigações convertíveis reservadas à subscrição pública.

A conta de «Exploração Eléctrica» exhibe um aumento de receita de 311 941 contos, correspondente a 13 % do valor atingido no ano precedente e que provém, verdadeiramente, do incremento das vendas de electricidade, da ordem de 10,4 %, já que o ajustamento tarifário operado em 1974 apenas produziu efeitos a partir de 22 de Outubro.

O descompasso que houve entre a revisão de tarifas e os aumentos de preço dos combustíveis desencadeados progressivamente a partir de Fevereiro é o grande responsável pelos baixos resultados proporcionados, já que os maiores consumos daqueles e seus maiores preços se traduzem numa percentagem de 108 %, relativamente a 1973. Os acréscimos verificados nos outros encargos da exploração foram de 24 %.

As rubricas do Fundo de Apoio Térmico (FAT) reflectem a contabilização dos encargos variáveis com a produção térmica e a sua participação na receita, segundo despacho do Secretário de Estado da Indústria e Energia de 4 de Março de 1975, o que conduziu a um agravamento de 51 428 contos do déficit do FAT transitado do ano anterior. Tal agravamento foi considerado razoável em face, não só do citado descompasso, mas também pela circunstância de poder vir a ser atenuado com o ajustamento tarifário já verificado em 1975.

A subvenção para investimento, também fixada pelo referido despacho ministerial, subiu 93 000

contos comparativamente com 1973, não tendo sido necessário dotar a subvenção para amortizações financeiras em virtude da total cobertura dada pelas reintegrações às amortizações financeiras realmente efectuadas, o que, todavia, não impediu que as subvenções legais do ano se situassem a nível superior às de 1973 (265 000 c. contra 237 000 c.).

Em consequência, os resultados finais da exploração são 14 % inferiores aos de 1973.

A conta «Lucros e Perdas» revela igualmente aumentos quase gerais nas suas diversas rubricas. Em conjunto (provisões incluídas) o acréscimo em percentagem dos gastos levados a esta conta é de 4,4 %.

Os encargos financeiros globais em 1974 atingiram 996 081 contos, dos quais 495 642 contos foram cobertos pela conta de «Resultados» (+7,8 % do que em 1973).

Como vem sendo praticado, foi dotada a provisão para encargos vencidos no ano, mas que a Companhia não pôde liquidar por falta da sua definição.

Comparam-se os valores correspondentes aos de 1973:

	1974	1973	VARIACÕES	
			Contos	%
PROVEITOS				
Venda de energia	2 711 169	2 399 228	+ 311 941	+ 13,0
Resultados diversos	10 831	13 343	— 2 512	— 18,8
FAT — Cobertura de encargos variáveis	755 362	328 940	+ 426 422	+ 129,6
Subvenção para investimento — cobertura da anuidade de reintegração de bens subvencionados	17 155	13 280	+ 3 875	+ 29,2
TOTAL	3 494 517	2 754 791	+ 739 726	+ 26,9
CUSTOS				
Compra de energia	4 402	228	+ 4 174	+ 1 830,7
Combustíveis	592 901	285 086	+ 307 815	+ 108,0
Encargos gerais departamentais	59 509	54 584	+ 4 925	+ 9,0
Encargos de exploração	269 073	187 136	+ 81 937	+ 43,8
Encargos de conservação	180 801	110 284	+ 70 517	+ 63,9
Reintegrações de immobilizações afectas às concessões	380 851	364 262	+ 16 589	+ 4,6
Subvenção para investimento	265 000	172 000	+ 93 000	+ 54,1
Subvenção para amortização financeira	—	65 000	— 65 000	— 100,0
FAT — Participação na receita	702 193	304 702	+ 397 491	+ 130,5
Soma	2 454 730	1 543 282	+ 911 448	+ 59,1
Despesas gerais	100 757	73 525	+ 27 232	+ 37,0
Despesas de formação e estudos	26 132	20 273	+ 5 859	+ 28,9
Taxas, contribuições e impostos	64 928	100 060	— 35 132	— 35,1
Encargos financeiros	495 642	459 992	+ 35 650	+ 7,8
Reintegrações de immobilizações não afectas às concessões	2 327	1 995	+ 332	+ 16,6
Encargos a amortizar	4 293	9 019	— 4 726	— 52,4
Soma	694 079	664 864	+ 29 215	+ 4,4
TOTAL	3 148 809	2 208 146	+ 940 663	+ 42,6
RESULTADOS	345 708	546 645	— 200 937	— 36,5

O preço médio do kWh facturado a clientes foi de \$32,7, correspondente à venda de 8248 GWh e à

receita de 2 703 863 contos. Com relação ao ano anterior verifica-se:

	1974		1973	
	Valor	%	Valor	%
Compra de energia, combustíveis e apoio térmico	\$06,6	20,12	\$03,5	10,92
Despesas gerais, incluindo taxas, contribuições e impostos	\$03,1	9,45	\$03,4	10,76
Encargos de exploração e conservação	\$05,4	16,64	\$04,0	12,44
Reintegrações	\$04,4	13,54	\$04,8	14,77
Encargos financeiros	\$06,0	18,33	\$06,1	19,24
Subvenções legais	\$03,2	9,80	\$03,1	9,91
Resultados	\$04,0	12,12	\$07,0	21,96
	\$32,7	100,00	\$31,9	100,00

O movimento de tesouraria verificado durante o ano traduz-se no seguinte «Quadro de financiamento»:

	1974 Contos	1973 Contos	Varição %
ORIGEM DE FUNDOS			
Receita cobrada de energia eléctrica	2 581 760	2 324 939	+ 11,0
Meios financeiros			
Financiamentos	914 668	1 617 770	— 43,5
Pré-financiamentos	1 974 488	367 176	+ 437,7
Venda de acções próprias		225 905	— 100,0
Efeitos a pagar	209 286	83 842	+ 149,6
Soma	3 098 442	2 294 693	+ 35,0
Resultados diversos	10 831	13 343	— 19,8
Outras variações activas e passivas	103 720	119 184	— 13,0
TOTAL (A)	5 794 753	4 752 159	+ 21,9
APLICAÇÃO DE FUNDOS			
Exploração			
Despesas operacionais	1 230 644	756 209	+ 62,7
Juros pagos	407 842	398 744	+ 2,3
Impostos pagos	106 161	99 327	+ 6,9
Soma	1 744 647	1 254 280	+ 39,1
Investimento	3 189 143	2 228 844	+ 43,1
Desembolsos financeiros	432 119	658 785	— 34,4
Dividendos pagos	452 484	466 429	— 3,0
TOTAL (B)	5 818 393	4 608 338	+ 26,3
Variação das disponibilidades (A-B)	— 23 640	+ 143 821	
Disponibilidades no início	267 861	124 040	+ 115,9
Disponibilidades no fim	244 221	267 861	— 8,9

Da análise deste quadro deduz-se que:

— as disponibilidades globais geradas pela actividade principal da nossa Empresa ascen-

deram a 837 113 contos que, adicionados dos «Resultados Diversos», perfazem 847 944 contos, contra 1 084 002 em 1973;

— tal verba suportou os dispêndios com o «ser-

GRÁFICO 1

POSIÇÃO DA CPE NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

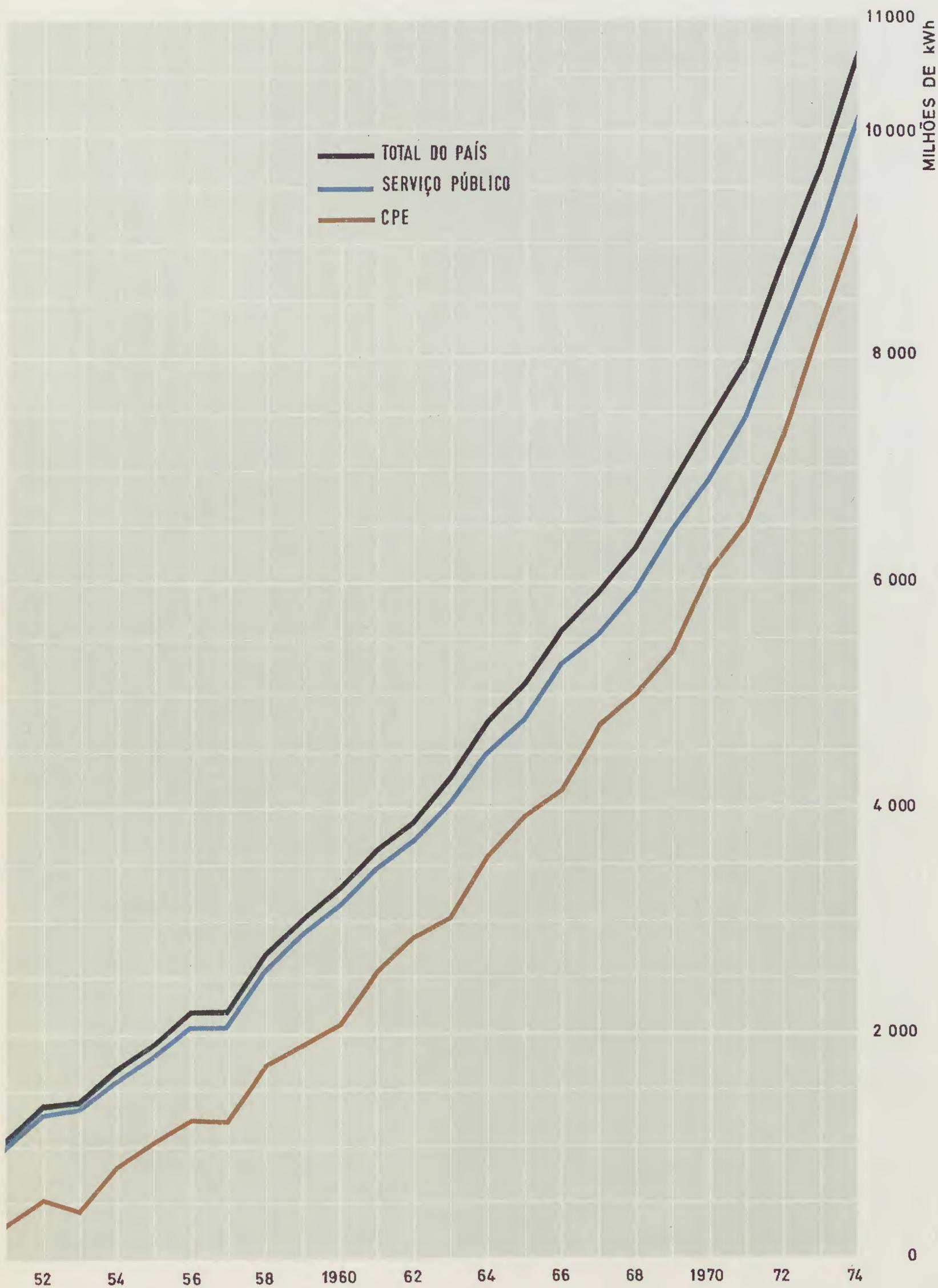


GRÁFICO 2

DESTINO DA ENERGIA NA REDE DA CPE

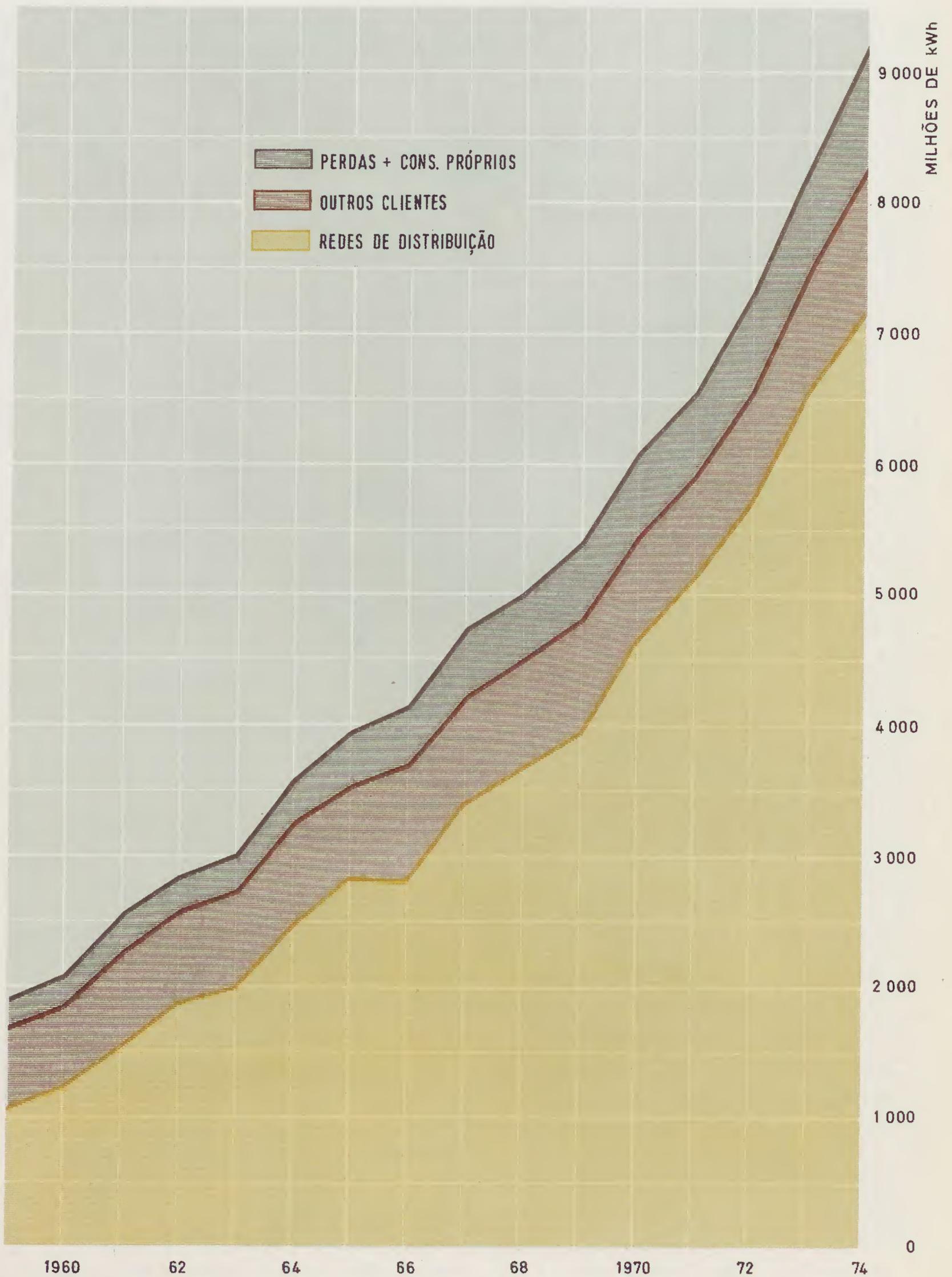


GRÁFICO 3

DIAGRAMAS DOS DIAS DE MAIOR CARGA ANUAL NA REDE DA CPE

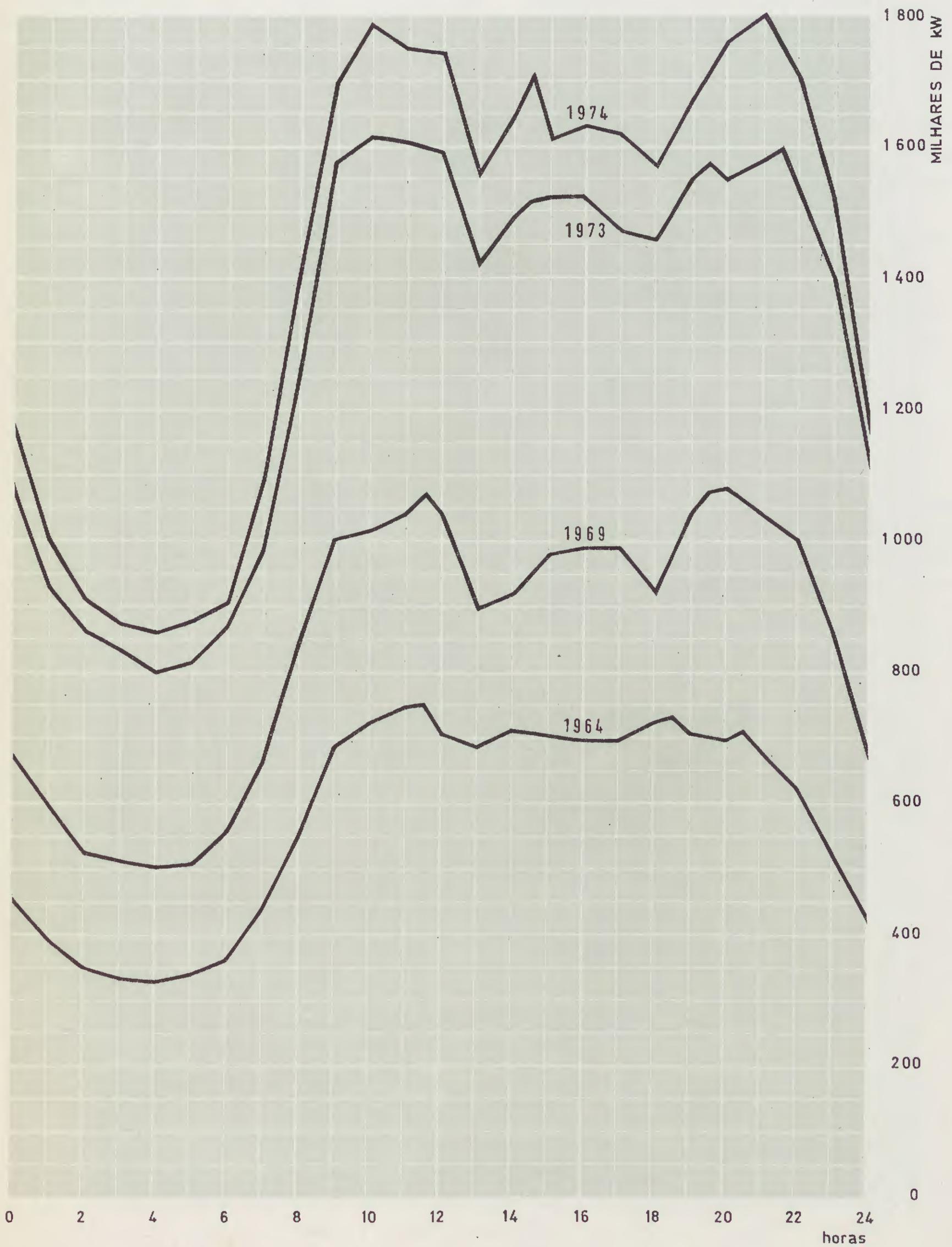
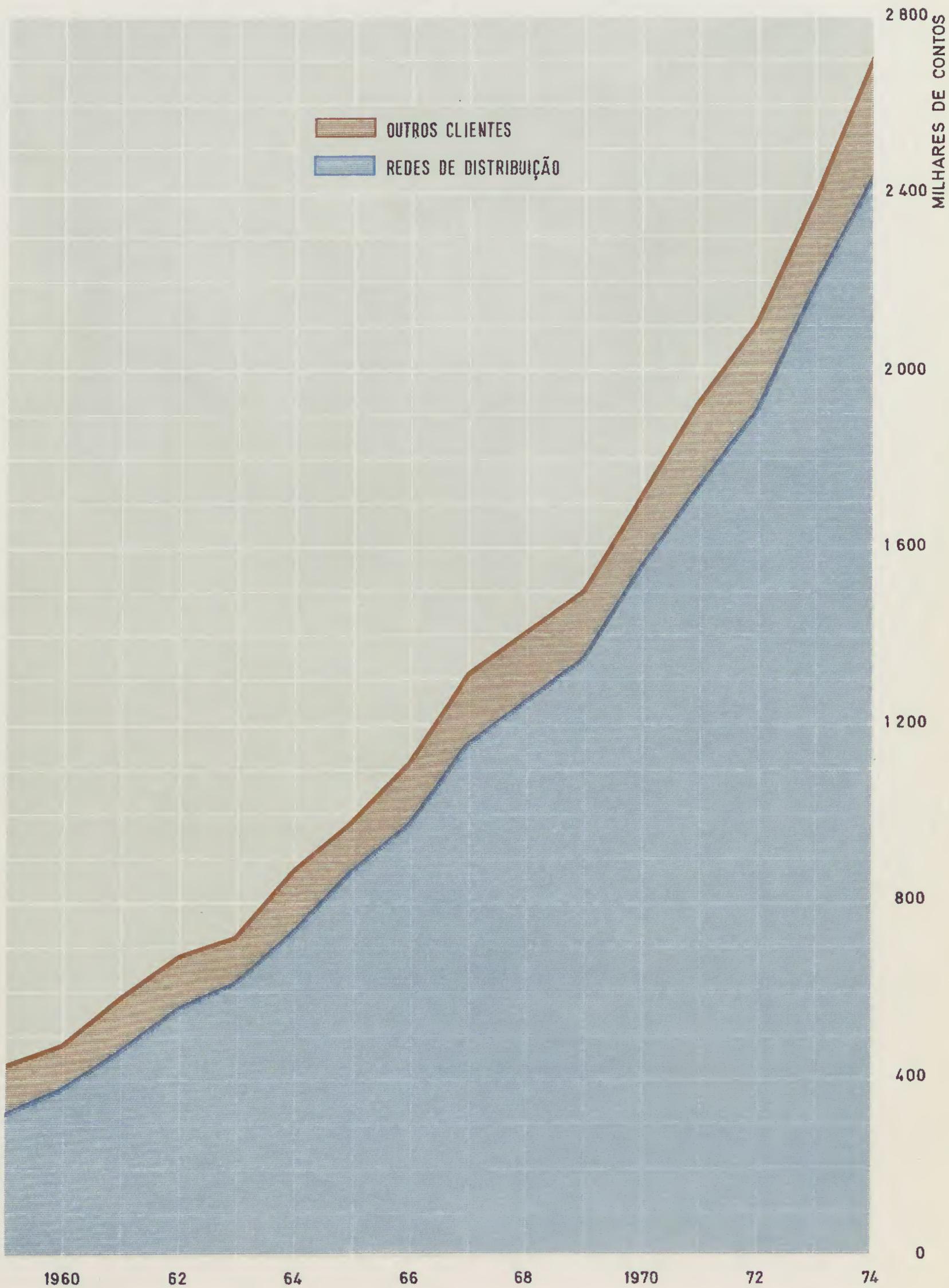


GRÁFICO 4

RECEITAS DA VENDA DE ENERGIA



viço do empréstimo» (432 119 contos), deixando livres 415 825 contos que, somados aos meios financeiros obtidos, ao acréscimo de «Efeitos a Pagar» e às variações activas e passivas das restantes contas do Balanço, perfazem 4 050 106 contos que cobriram os dividendos pagos de exercícios anteriores (452 484 contos) e o investimento (3 189 143 contos), tendo para isso sido necessário recorrer, em 23 640 contos, às disponibilidades iniciais.

Os resultados finais não podem deixar de reflectir as circunstâncias desfavoráveis em que a actividade orgânica da Companhia se processou em 1974, sendo o saldo obtido de 345 708 contos, contra 546 645 contos, em 1973, e 544 509 contos, em 1972, pelo que não será de todo possível remunerar o capital social nos moldes tradicionais.

Dada a forte participação do sector público no capital da CPE (cerca de 60 %), em que a Previdência Oficial, directa e indirectamente, ocupa posição de especial relevo, uma redução significativa do dividendo afectaria consideravelmente as suas receitas ligadas à aplicação de reservas técnicas, facto que se afigura não dispiciendo no âmbito dos interesses das massas trabalhadoras.

Por outro lado, em face da natureza do serviço público que presta e da estabilidade que vem mantendo, a empresa tem sido considerada de interesse para aplicação segura de poupanças, o que se traduz no elevado número de pequenos accionistas (mais de 15 000).

As considerações que antecedem levam, este ano, a admitir a hipótese de recurso, em alguma medida, ao Fundo de Estabilização de Dividendos, por forma a proporcionar um apropriado complemento ao dividendo possível do exercício em apreciação. É assunto que se deixa à consideração da Assembleia Geral, com a lembrança de que a redução do saldo daquele fundo se traduz efectivamente numa descapitalização da empresa, o que, na conjuntura financeira actual, deverá ser prudentemente

ponderado. Não parece, por isso, que o limite máximo do dividendo deva ultrapassar 5,5 % do capital social, o qual, se for atingido, corresponde a reduzir de 34 200 contos o saldo do Fundo de Estabilização de Dividendos.

O inventário das participações financeiras e outras aplicações em valores mobiliários está valorizado ao preço médio de aquisição.

O exercício fechou com o saldo de Escudos 345 707 802\$22, que acrescido do «Saldo a Conta Nova» de 1973 — 2 037 391\$50 — perfaz 347 745 193\$72, para o qual o Conselho de Gerência tem a honra de propor a seguinte distribuição:

— Reserva Legal	18 000 000\$00
— Participação nos lucros, nos termos do art. 50.º dos Estatutos	50 000 000\$00
— Dividendo (4,9 %)	279 300 000\$00
— Saldo para o ano seguinte	445 193\$72
	<hr/>
	347 745 193\$72

com o entendimento de que, se da rigorosa observância do referido art. 50.º dos Estatutos resultar alguma diferença para a verba de 50 000 contos proposta, essa diferença seja acrescida ao saldo de 445 193\$72 para conta nova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o Relatório, o Conselho de Gerência manifesta o seu reconhecimento a todas as entidades oficiais e privadas que o apoiaram no desempenho da sua missão e, no plano interno, exprime o seu apreço pela boa colaboração que recebeu dos trabalhadores da Empresa a todos os níveis, em exacta compreensão da importância da tarefa a seu cargo neste sector estratégico da actividade nacional. Ao Conselho Fiscal manifestamos o nosso apreço pela sua acção e agradecimentos pela boa colaboração dispensada.

Este Relatório é assinado por todos os membros do Conselho de Gerência, na sua actual composição, anotando-se a seguir as datas das suas nomeações ou eleições:

— Eng.º Fernando Ivo Gonçalves, Dr. José de Oliveira Campos, Eng.º Carlos Lucas de Oliveira Freitas e Eng.º Henrique Menezes Lopes

Moreira, administradores por parte do Estado, nomeados pelo Governo Provisório em 31 de Maio de 1974, os dois primeiros em confirmação de mandato anterior.

— Dr. Carlos Alberto de Oliveira Cruz e Dr. Luizélio Furtado Saraiva, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária em 16 de Janeiro de 1975.

Porto, 6 de Março de 1975

O CONSELHO DE GERÊNCIA

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente

José de Oliveira Campos

Carlos Lucas de Oliveira Freitas

Henrique Menezes Lopes Moreira

Carlos Alberto de Oliveira Cruz

Luizélio Coelho da Silva Furtado Saraiva

BALANÇO E CONTAS DE RESULTADOS

ACTIVO

DISPONÍVEL			
Caixa		400 066\$90	
Bancos		243 821 041\$84	244 221 108\$74
REALIZÁVEL			
Clientes		584 227 553\$60	
Devedores e Credores Gerais — Saldos Devedores		71 210 516\$74	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Devedores		141 547 484\$11	
Fundo de Apoio Térmico		101 499 476\$36	
Carteira de Títulos		20 915 371\$75	919 400 402\$56
EXISTÊNCIAS			
Materiais em Armazém		183 634 634\$24	
Combustíveis		109 891 102\$87	
Obras em Curso		38 929 823\$70	332 455 560\$81
IMOBILIZADO			
Participações Financeiras		68 892 300\$00	
Encargos a Amortizar		13 624 009\$26	
Concessões Mineiras		29 423 590\$10	
Estudos e Projectos Gerais		182 342 778\$29	
Imobilizações em Curso		7 797 976 902\$92	
Imobilizações Afectas às Concessões:			
Aproveitamentos Hidroeléctricos	13 312 221 831\$96		
Reintegrações	— 1 783 702 263\$59	11 528 519 568\$37	
Centrais Térmicas	2 202 876 432\$36		
Reintegrações	— 515 566 207\$90	1 687 310 224\$46	
Linhas	1 275 404 064\$91		
Subestações	970 642 505\$72		
Outras Imobilizações	152 819 286\$57		
Reintegrações	2 398 865 857\$20		
Reintegrações	— 1 013 838 704\$73	1 385 027 152\$47	14 600 856 945\$30
Imobilizações não Afectas às Concessões		432 205 326\$51	
Reintegrações		— 159 972 900\$54	272 232 425\$97
DE TRANSIÇÃO			
Contas Transitórias e de Regularização — Saldos Devedores			53 166 816\$60
			24 514 592 840\$55
CONTAS DE ORDEM			7 107 986 782\$28

Porto, 6 de Março de 1975

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

PASSIVO

CURTO PRAZO

Dividendos a Pagar		58 201 916\$28	
Juros a Pagar		40 228 886\$70	
Obrigações Sorteadas		21 671 500\$00	
Efeitos a Pagar		342 812 886\$10	
Pré-Financiamentos		2 477 673 831\$25	
Financiamentos:			
Obrigações	171 281 250\$00 ✓		
Empréstimos	375 399 786\$80	546 681 036\$80	
Devedores e Credores Gerais — Saldos Credores		93 751 728\$33	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Credores		324 781 549\$72	
Provisões — Para Encargos Fiscais		70 000 000\$00	3 975 803 335\$18

MÉDIO PRAZO

Pré-Financiamentos		147 020 391\$48	
Financiamentos:			
Obrigações	728 452 750\$00 ✓		
Empréstimos	3 083 574 793\$10	3 812 027 543\$10	3 959 047 934\$58

LONGO PRAZO

Financiamentos:			
Obrigações	1 201 525 000\$00 ✓		
Empréstimos	5 797 203 718\$81	6 998 728 718\$81	
Valores Condicionados		25 777 430\$30	7 024 506 149\$11

DE TRANSIÇÃO

Contas Transitórias e de Regularização — Saldos Credores		222 947 850\$23	15 182 305 269\$10
--	--	-----------------	--------------------

SITUAÇÃO LÍQUIDA

INICIAL

Capital			5 700 000 000\$00
---------	--	--	-------------------

ACUMULADA

Reservas:			
Obrigatórias:			
Legal		163 400 000\$00	
Facultativas:			
Estabilização de Dividendos	218 187 747\$53		
Ação Social	10 170 000\$00		
Outras	1 424 780\$00	229 782 527\$53	393 182 527\$53

CONDICIONADA

Subvenções Recebidas:			
Para Investimento (*)	1 243 405 827\$24		
Para Amortização Financeira (*)	472 850 365\$10	1 716 256 192\$34	
Comparticipações		89 242 187\$17	
Reconstituição do Investimento (*)		1 015 079 104\$94	
Provisões		70 782 365\$75	2 891 359 850\$20

ADQUIRIDA

Lucros e Perdas:			
De Exercícios Anteriores		2 037 391\$50	
Do Exercício		345 707 802\$22	347 745 193\$72

24 514 592 840\$55

CONTAS DE ORDEM

7 107 986 782\$28

(*) Decretos-Leis n.ºs 46031 de 14/11/1964, 46917 de 23/3/1966, e 49211 de 27/8/1969, designadamente o seu artigo 12.º.

O CONSELHO DE GERÊNCIA

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
José de Oliveira Campos
Carlos Lucas de Oliveira Freitas
Henrique Menezes Lopes Moreira
Carlos Alberto de Oliveira Cruz
Luizélio Coelho da Silva Furtado Saraiva

D É B Í T O

Compra de Energia		4 402 143\$40
Combustíveis		592 901 042\$06
Encargos Gerais Departamentais (Quota-Parte):		
Pessoal	38 916 313\$70	
Fornecimentos e Serviços Externos	5 769 266\$90	
Materiais de Armazém	15 349\$40	
Serviços e Prestações Internas	8 862 606\$08	
Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões	2 242 383\$41	
Outras Despesas	3 702 819\$00	59 508 738\$49
Encargos de Exploração:		
Pessoal	205 261 353\$60	
Fornecimentos e Serviços Externos	14 693 668\$80	
Materiais de Armazém	4 493 910\$66	
Serviços e Prestações Internas	38 015 515\$65	
Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões	658 322\$04	
Outras Despesas	5 950 247\$05	269 073 017\$80
Encargos de Conservação e Reparação:		
Pessoal	92 973 581\$28	
Fornecimentos e Serviços Externos	40 525 036\$50	
Materiais de Armazém	11 446 771\$33	
Serviços e Prestações Internas	35 148 269\$81	
Outras Despesas	707 036\$00	180 800 694\$92
Reintegração de Imobilizações Afectas às Concessões		380 850 757\$68
Subvenção para Investimento		265 000 000\$00
Fundo de Apoio Térmico		
S/ Participação na Receita		702 192 644\$92
		2 454 729 039\$27
Resultados da Exploração		1 028 956 395\$33
		3 483 685 434\$60

Porto, 6 de Março de 1975

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

C R É D I T O

Venda de Energia:

Clientes	2 703 862 822\$55	
C. P. E.	<u>7 305 690\$65</u>	2 711 168 513\$20

Subvenção para Investimento — Cobertura da Anuidade de Reintegração dos Bens Subvencionados		17 155 188\$00
---	--	----------------

Fundo de Apoio Térmico Cobertura de Encargos Variáveis		755 361 733\$40
---	--	-----------------

3 483 685 434\$60

O CONSELHO DE GERÊNCIA

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente

José de Oliveira Campos

Carlos Lucas de Oliveira Freitas

Henrique Menezes Lopes Moreira

Carlos Alberto de Oliveira Cruz

Luizélio Coelho da Silva Furtado Saraiva

D É B Í T O

Despesas Gerais (Quota-Parte):

Órgãos Sociais	2 690 603\$90	
Pessoal	62 985 846\$10	
Expediente	1 649 305\$70	
Publicidade e Propaganda	1 069 519\$45	
Outras	32 361 383\$54	100 756 658\$69

Despesas de Formação e Estudos:

Pessoal	13 408 581\$50	
Materiais e Serviços Externos	1 394 453\$10	
Serviços Internos e Outras Despesas	11 328 667\$19	26 131 701\$79

Taxas, Contribuições e Impostos

106 161 735\$70

Encargos Financeiros

495 642 245\$83

Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões

2 326 800\$50

Encargos a Amortizar — Amortização

4 293 393\$99

735 312 536\$50

Provisão para Encargos Fiscais — Constituição

31 936 395\$00

767 248 931\$50

Saldo:

De Exercícios Anteriores

2 037 391\$50

Do Exercício

345 707 802\$22

347 745 193\$72

1 114 994 125\$22

Porto, 6 de Março de 1975

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

C R É D I T O

Resultados da Exploração Eléctrica		1 028 956 395\$33
Resultados Diversos:		
Rendimentos de Valores Mantidos para Fruição	1 498 447\$75	
Rendimentos Financeiros	225 785\$30	
Descontos de Pronto Pagamento e Bónus de Fornecedores	494 395\$75	
Remunerações pelo Exercício de Cargos em Órgãos de Outras Sociedades	124 671\$50	
Mais-Valias e Outros Rendimentos	8 282 766\$20	
Exploração de Oficinas	343 273\$71	
	<hr/>	
	10 969 340\$21	
Exploração do Laboratório (Prejuízo)	— 138 868\$82	10 830 471\$39
	<hr/>	
		1 039 786 866\$72
Provisão para Encargos Fiscaís — Utilização		73 169 867\$00
		<hr/>
		1 112 956 733\$72
De Exercícios Anteriores		2 037 391\$50
		<hr/>
		1 114 994 125\$22
		<hr/> <hr/>

O CONSELHO DE GERÊNCIA
Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
José de Oliveira Campos
Carlos Lucas de Oliveira Freitas
Henrique Menezes Lopes Moreira
Carlos Alberto de Oliveira Cruz
Luizélio Coelho da Silva Furtado Saraiva

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES

EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação em Bolsa (a)	Valor de Balanço		Valor Total de Aquisição	Diferenças	
					Unitário	Total		Flutuação de Valores	Perdas levadas a Resultados
1 — Participações financeiras									
1.1 — Quotas									
1.1.1 — EDEL, Lda.	1	79 000\$00	79 000\$00	—	79 000\$00	79 000\$00	79 000\$00	—	—
1.2 — Acções									
1.2.1 — Cooperativa de Consumo do Pessoal da HED, SCRL	100	100\$00	100\$00	—	100\$00	10 000\$00	10 000\$00	—	—
1.2.2 — Hidro-Eléctrica Portuguesa, SARL	472 533	100\$00	100\$00	—	100\$00	47 253 300\$00	47 253 300\$00	—	—
1.2.3 — SONEFE, SARL (Nom.)	13 100	500\$00	500\$00	450\$00	500\$00	6 550 000\$00	6 550 000\$00	—	—
1.2.4 — Empresa Insular de Electricidade (Ponta Delgada), SARL	15 000	1 000\$00	1 000\$00	—	1 000\$00	15 000 000\$00	15 000 000\$00	—	—
1.9 — Total	500 734					68 892 300\$00	68 892 300\$00	—	—
2 — Outras aplicações									
2.1 — Títulos nacionais:									
2.1.1 — Títulos da dívida pública									
2.1.1.1 — Obrigações do consolidado 3 % — 1942	77	1 000\$00	620\$93	450\$00	620\$93	47 811\$70	47 811\$70	—	—
2.1.1.2 — Obrigações do consolidado 2 ¾ % — 1943	2 414	1 000\$00	610\$01	430\$00	610\$01	1 472 560\$05	1 472 560\$05	—	—
2.1.1.9 — Subtotal	2 491					1 520 371\$75	1 520 371\$75	—	—
2.1.2 — Outras Obrigações									
2.1.2.1 — Ex-Hidro-Eléctrica do Cávado, SARL									
2.1.2.1.1 — 4.ª emissão — 1953 — 5 %	1 300	1 000\$00	1 000\$00	735\$00	1 000\$00	1 300 000\$00	1 300 000\$00	—	—
2.1.2.1.2 — 6.ª emissão — 1954 — 5 %	1 425	1 000\$00	1 000\$00	735\$00	1 000\$00	1 425 000\$00	1 425 000\$00	—	—
2.1.2.1.3 — 16.ª emissão — 1963 — 5 %	16 670	1 000\$00	1 000\$00	735\$00	1 000\$00	16 670 000\$00	16 670 000\$00	—	—
2.1.2.9 — Subtotal	19 395					19 395 000\$00	19 395 000\$00	—	—
2.1.9 — Total	21 886					20 915 371\$75	20 915 371\$75	—	—
3 — TOTAL GERAL	522 620					89 807 671\$75	89 807 671\$75	—	—

(a) Último efectuado conforme «Cotação da Bolsa de Lisboa» n.º 12 048, de 24-4-1974.

QUADROS

I — RESUMO ESTATÍSTICO

	Unidades	1974	1973	Variação %
ELEMENTOS FINANCEIROS				
Venda de energia a clientes	10 ³ contos	2 703,9	2 391,0	+ 13,9
Combustíveis consumidos e energia adquirida e importada	»	597,3	313,2	+ 90,7
Despesas de exploração geral e impostos	»	705,4	554,8	+ 27,1
Encargos financeiros:				
Globais	»	996,1	783,5	+ 25,9
À carga de exploração	»	495,6	460,0	+ 7,7
Amortizações financeiras	»	422,9	669,9	— 36,9
Resultados antes das dotações às subvenções legais e ao FAT	»	1 312,9	1 086,3	+ 20,9
Subvenções legais (a)	»	265,0	237,0	+ 11,8
Fundo de Apoio Térmico — FAT (b)	»	702,2	304,7	+ 130,5
Lucro líquido	»	345,7	546,6	— 36,8
Dividendos atribuídos e propostos	»	279,3	484,5	— 42,4
Investimento do ano	»	3 189,1	2 228,8	+ 43,1
Investimento acumulado bruto	»	26 438,4	23 251,2	+ 13,7
Reintegrações do ano	»	472,3	441,3	+ 7,0
Reintegrações acumuladas	»	3 473,1	3 000,8	+ 15,7
Financiamento do ano	»	2 889,2	1 665,4	+ 73,5
Capitais permanentes	»	19 995,8	19 211,4	+ 4,1
Próprios e condicionados	»	9 012,3	8 738,0	+ 3,1
Alheios	»	10 983,5	10 473,4	+ 4,9
Recursos próprios (acumulados)	»	12 485,4	11 738,8	+ 6,4
Capacidade de autofinanciamento global	»	1 170,0	1 122,9	+ 4,2
Valor acrescentado bruto (c)	»	3 059,6	2 778,1	+ 10,1
Lucro líquido / Capital em circulação	%	6,1	9,6	
Investimento do ano / vendas	%	117,9	93,4	
VENDA DE ENERGIA				
TOTAL	GWh	8 247,9	7 472,4	+ 10,4
Grandes distribuidores	GWh	7 164,8	6 565,2	+ 9,1
Consumidores especiais	GWh	1 083,1	907,2	+ 19,4
Preço da energia médio global	ct / kWh	32,7	31,9	+ 2,5
Grandes distribuidores	ct / kWh	33,9	33,2	+ 2,1
Consumidores especiais	ct / kWh	25,0	23,0	+ 7,8
PRODUÇÃO				
Número de centrais		19	18	
Potência instalada no fim do ano	MW	2 351	2 006	+ 17,2
Aumento da potência instalada	MW	345	139	
Produção total	GWh	9 150	8 278	+ 10,5
Ponta máxima	MW	1 835	1 619	+ 13,3
TRANSPORTE				
Extensão das linhas:				
220 kV	km	1 539	1 539	
150 kV	km	1 476	1 418	
60 kV	km	293	293	
Número de subestações		14	14	
Potência instalada	MVA	3 055	3 010	
PESSOAL				
Exploração		1 527	1 438	
Construção:				
Estudos e projectos		306	363	
Estaleiros		1 065	924	
Serviços Gerais (d)		827	1 099	
Investigação e Centros de Cálculo		146	150	
Oficinas e Armazéns		195	200	
Outros		196	250	
TOTAL (e)		4 262	4 414	

(a) Complemento para amortizações financeiras e autofinanciamento, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 46 031, de 14-11-1964, e 46 917, de 23-3-1966.

(b) Decreto-Lei n.º 46 031, de 14-11-1964.

(c) Participação da Companhia no PNB, correspondendo à diferença entre o valor dos bens e serviços produzidos (exploração eléctrica e actividades relacionadas com projectos e construção de novos empreendimentos) e o dos bens e serviços consumidos, uns e outros a preços do mercado.

(d) Actividade repartida por exploração e construção.

(e) Na data de constituição da Companhia o total do pessoal era de 4 940 empregados.

II — EMPREENDIMENTOS EM EXPLORAÇÃO

Sistema	Empreendimento	Ano de entrada em serviço	Potência (MW)	Custo (a) (milhares de contos)	
Cávado-Rabagão-Homem	Venda Nova	1951	81	479	
	Salamonde	1953	42	216	
	Caniçada	1955	60	396	
	Paradeja	1956	54	810	
	Alto Rabagão	1964	72	1 576	
	V. das Furnas	1973	64	1 221	
			373	4 698	
Douro	Picote	1958	180	732	
	Miranda	1960	174	886	
	Bempposta	1964	210	1 099	
	Távora	1965	64	969	
	Carrapatelo	1971	180	2 365	
	Régua	1973 (b)	156	2 126	
			964	8 177	
Zêzere-Tejo	C. do Bode	1951	139	677	
	Cabril	1954	97	513	
	Bouçã	1955	50	202	
	Fratel	1974 (c)	43	1 216	
			329	2 608	
Total hídrico			1 666	15 483	
Termoeléctrico	T. do Outeiro				
	Grupo 1	1960	50	324	
	Grupo 2	1964	50	249	
	Grupo 3	1967	50	257	
	Carregado				
	Grupo 1	1968	125	822	
	Grupo 2	1969	125	430	
	Grupo 3	1973 (d)	125	635	
Grupo 4	1974 (d)	125	407		
Tunes					
Grupos 1 e 2	1973	35	121		
Total térmico			685	3 245	
Rede de transporte	Linhas:	220 kV	1 539 km	749	
		150 kV	1 476 km	504	
		60 kV	293 km	79	
	Subestações:	Ermesinde	250 MVA	98	
		Vermoim	480	134	
		Estarreja	180	73	
		Pereiros	480	115	
		Batalha	120 (d)	104	
		Vila Chã	120	48	
		Zêzere	120	72	
		Carregado	120 (e)		
		Sacavém	305	115	
		Alto de Mira	480	132	
		Setúbal	180	51	
		Porto Alto	120	56	
		Ferreira do Alentejo	50	49	
		Tunes	50	28	
	Total da rede de transporte			3 055 MVA	2 407
	Outras instalações	Laboratório e telecomunicações			153
	TOTAL				21 288

(a) Valor escritural em 31-12-74.

(b) Em funcionamento os dois primeiros geradores; o terceiro gerador entrou em regime experimental.

(c) Em funcionamento experimental o primeiro gerador.

(d) Em funcionamento experimental, conseqüentemente ainda não transferido contabilisticamente de «Imobilizações em curso» para «Imobilizações afectas às concessões».

(e) Valor incluído no custo da central.

III — ENERGIA VENDIDA, RECEITAS E PREÇOS MÉDIOS

	Energia vendida GWh		Receita 10 ³ contos		Preço médio ctvs/kWh	
	1974	1973	1974	1973	1974	1973
	Redes de distribuição	7 165	6 565	2 429	2 176	33,9
Clientes especiais	1 083	907	270	211	25,0	23,2
TOTAL	8 248	7 472	2 699	2 387	32,7	31,9

IV — CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS EM CONSTRUÇÃO

Sistema	Empreendimento	Datas previstas de entrada em serviço	Potência (MW)	Energia produtível (GWh/ano)	
				em ano médio	em ano crítico
Douro	Valeira	4.º trimestre de 1975	216	850	440
	Pocinho	2.º semestre de 1980	186	550	280
Mondego	Aguieira	2.º semestre de 1978	300	235	95
	Raiva		18	40	27
Tejo	Fratel	1.º semestre de 1975 (*)	130	430	208

(*) Já em serviço o primeiro gerador (43 MW).

V — CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS EM CONSTRUÇÃO

Central	Grupo	Potência (MW)	Datas previstas de entrada em serviço
Carregado	5	125	2.º semestre de 1975
	6	125	1.º semestre de 1976
Setúbal	1	250	2.º semestre de 1977
	2	250	2.º semestre de 1978
Alto de Mira	1 e 2	2 × 23,6	1.º trimestre de 1975
Barreiro	1 e 2	2 × 35	1.º semestre de 1976 (início do fornecimento de vapor)
			2.º semestre de 1976 (produção de electricidade)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Em conformidade com a lei e os estatutos, vimos apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório da actividade deste Conselho e o nosso Parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas do exercício de 1974 e o Inventário das Participações Financeiras e outras aplicações em valores mobiliários em 31 de Dezembro do mesmo ano, elaborados pelo Conselho de Gerência.

O presente Relatório e Parecer é assinado, na falta de designação do representante de um dos vogais do Conselho Fiscal, pelos restantes membros do actual Conselho eleitos em Assembleia Geral Extraordinária em 16 de Janeiro de 1975, sendo um deles, o presidente, já anteriormente membro do Conselho.

Em 1974, como cumpria legal e estatutariamente ao Conselho, seguiu-se atentamente a actividade da Companhia. Além dos múltiplos contactos com o Conselho de Gerência, assistiu-se a reuniões do órgão de administração da Empresa. Procedeu-se às verificações que ao Conselho são cometidas, tendo-se obtido a melhor colaboração e esclarecimentos. Foi periodicamente examinada a regularidade dos livros e verificados os registos contabilísticos e documentação, e efectuou-se também, com a requerida periodicidade, a conferência de existências e de outros bens e valores da Companhia ou entregues à sua guarda, nada tendo sido encontrado merecedor de menção especial.

O Relatório do Conselho de Gerência, Balanço, Contas e o Inventário das Participações Financeiras e outras aplicações em valores mobiliários esclarecem a vida da Empresa durante o exercício findo.

Analisando estes documentos e ouvida a opinião da auditoria externa, somos levados a concluir pela observância da lei e dos estatutos e que os critérios valorimétricos utilizados são usuais e se coadunam com as normas próprias da actividade da Empresa.

Importará pôr em relevo designadamente as modificações estatutárias que deram nova configuração à Companhia e que só vieram a ser aprovadas em Janeiro último, a reestruturação dos Serviços, os condicionamentos financeiros em que ocorreu a actividade da Companhia durante o exercício e as consequências daí resultantes quanto à composição do respectivo passivo, assim como a continuação do grande quantitativo dos investimentos programados que implicam a necessidade de avultados financiamentos para o ano de 1975, apropriados ao tipo dos empreendimentos.

Associamo-nos ao reconhecimento manifestado no Relatório do Conselho de Gerência a todos os que apoiaram a Companhia ou com ela colaboraram e agradecemos as referências que nos foram dirigidas.

Concluindo, somos de parecer que aproveis:

1.º — O Relatório, Balanço, Conta de Exploração Eléctrica e Conta de Lucros e Perdas relativos ao exercício de 1974 e bem assim o Inventário das Participações Financeiras e outras aplicações em valores mobiliários em 31 de Dezembro do mesmo ano;

2.º — A aplicação proposta para o saldo da Conta de Lucros e Perdas;

3.º — Um voto de louvor ao Conselho de Gerência pela forma como dirigiu a Empresa;

4.º — Um voto de louvor a todos os trabalhadores da Companhia pela capacidade e diligência manifestadas no cumprimento das funções a seu cargo.

Porto, 14 de Março de 1975

O CONSELHO FISCAL

Manuel Pires — Presidente

Carlos Alberto Antunes Filipe

